

“Somos animais desequilibrados”: verdade e sensibilidade na literatura epistolar e cronística de Graciliano Ramos – questões para uma história cultural da literatura

FRANCISCO FABIANO DE FREITAS MENDES*

O objetivo deste texto é discutir o papel da literatura epistolar e cronística na obra de Graciliano Ramos (1892-1953), seguindo na direção historiográfica que toma a literatura não só como fonte histórica, mas como discurso que também se dá à interpretação da ação do homem no tempo.¹

Nesse sentido, o texto se inicia com breve discussão sobre o papel das cartas e das crônicas no universo analítico de uma trajetória intelectual, para depois deitar atenção aos diferentes temas da obra do escritor alagoano de interesse imediato à historiografia.

* * *

Analisando a correspondência de um historiador para discutir o seu entendimento sobre a história, Rebeca Gontijo traçou as linhas gerais do papel que esse tipo de fonte tem nos estudos culturais, mais especificamente a captura de aspectos subjetivos do estudo sobre as ideias. Para Gontijo, além de “meio de comunicação privilegiado entre intelectuais, que compartilham interesses, experiências e projetos, as cartas indicam a existência de redes de estudo a distância, através das quais se constrói um espaço singular para reflexões sobre si mesmo”. E mais, esse elaborar/reelaborar-se por cartas,

estimula os missivistas a testar formas de pesquisa e expressão bastante distintas daquelas encontradas em livros e artigos, por exemplo. Às vezes, em meio a recordações do passado, referências à saúde e comentários sobre os problemas do dia-a-dia, a vida alheia, a política e os trabalhos em andamento, é possível localizar indícios de um saber em contínua transformação. De modo lacunar e muitas vezes inconcluso, a correspondência permite uma rápida construção, confrontação e difusão de ideias. Entre convenções e improvisos, a reflexão toma um rumo provisório, efêmero, aberto a futuras modificações, o que permite explorar certas liberdades de dizer e de pensar. (GONTIJO, 2005:159-160)

Em suas cartas, Graciliano Ramos oferece os mesmos aspectos dessa demonstração de si e do ofício, trazendo a literatura, em todas as suas instâncias, para os percalços do dia a dia, oferecendo ao historiador da cultura uma voz extra no diálogo com a fonte literária.

* Professor do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo-USP.

¹ Esse texto é uma tentativa de síntese de algumas questões expostas ao longo da minha tese de doutoramento: “Um país sem graça: Graciliano Ramos e a interpretação de um Brasil moderno (1915-1953)”, defendida em 2014.

Papel menos funcional, mas igualmente importante, tem a crônica. Sendo ela própria “um fato moderno”, dada à rapidez da leitura no suporte dos noticiários,

ela parece destinada à pura contingência, mas acaba travando com esta um arriscado duelo, de que às vezes, por mérito literário intrínseco, sai vitoriosa. Não raro ela adquire assim, entre nós, a espessura de texto literário, tornando-se, pela elaboração da linguagem, pela complexidade interna, pela penetração psicológica e social, pela força poética ou pelo humor, uma forma de conhecimento de meandros sutis de nossa realidade e de nossa história. Então, a uma só vez, ela parece penetrar agudamente na substância íntima de seu tempo e esquivar-se da corrosão dos anos, como se nelas se pudesse sempre renovar, aos olhos de um leitor atual, um teor de verdade íntima, humana e histórica, impresso na massa passageira dos fatos esfarelado-se na direção do passado. (ARRIGUCCI JÚNIOR, 1987:53)

As crônicas de Graciliano livraram-se, como acontece com os textos dos grandes cronistas, da “corrosão dos tempos”, muito embora tragam em forma e em conteúdo a marca do efêmero, do quadro datado. Elas respiram mais fortemente nas páginas do primeiro romance, *Caetés* (1933), bem como nos curiosos relatórios do prefeito Graciliano Ramos de Oliveira.

Cartas e crônicas são, portanto, ricos depositórios das experiências vividas pelo escritor que não o mostra somente de um modo particular em relação a seu conjunto literário. Todas as linhas do autor dão-se à possibilidade da auscultação da experiência, aproximando verdade e sensibilidade do vivido.

É nesse sentido que o aspecto biográfico se faz necessário na apreensão de um pensamento expresso, que é, em última instância, uma ação histórica. A respeito da biografia intelectual, François Dosse traz o que chama de “paroxismo da tensão aporética” das pretensões objetivistas da biografia, quando esta depara com a vida dos homens de pensamento. Diante do impasse: “que pode captar o biógrafo, de um filósofo ou intelectual, que já não esteja em suas obras?”, Dosse desenvolve a questão a partir de exposição diacrônica, envolvendo desde a biografia de Zenão, por Diógenes Laércio (séc. III d.C.) até às biografias recentes dos chamados “mestres da antibiografia”, como Foucault. A conclusão a que chega ultrapassa em muito o campo dos estudos biográficos, chegando mesmo às premissas da atual historiografia: o objetivo não é o relato cronológico, mas “apreender a maneira como se configura num dado momento histórico a atividade cognitiva”. É reconhecer, como sugere Certeau, “que a biografia de um homem e a exposição de seus pensamentos são indissociáveis”. (DOSSE, 2009: 361 e 403)²

² Os pontos últimos dessa discussão são a memória e a narrativa, infelizmente impossíveis de serem minimamente discutidos nesse espaço.

* * *

Graciliano Ramos de Oliveira é o primogênito do casal Sebastião Ramos de Oliveira e Maria Amélia Ramos: ele, filho de senhor de engenho falido; ela, de bem-sucedido fazendeiro criador de gado, em Pernambuco. Nasceu aos 27 de outubro de 1892, numa vila da zona da mata alagoana chamada Quebrangulo. Quando contava três anos, estava no terreiro da fazenda Pintadinho, em Buíque, sertão pernambucano. A fazenda era uma propriedade modesta, destinada à criação bovina e adquirida após Sebastião Ramos vender a pequena loja de tecidos na vila alagoana seguindo conselho do sogro.

O menino Graciliano viveu os primeiros anos como sertanejo, estatuto que, ao longo da história e literatura brasileiras, raras vezes deixou de fazer seus vinculados pendular entre a punição tácita, por neles ser enxergada quase somente a brutalidade dos atos, e o indulto piedoso, por ser-lhes atribuído um grau de ignorância insuperável, sendo, pois, amarrados quase sempre a uma figura de rusticidade e telurismo, e nela se movimentando entre limites estreitos. Esses limites estreitos sugerem não ser possível dizer que Graciliano Ramos nascera sertanejo; sua vida e sua obra, no entanto, autorizam o contrário, pois permitem justamente ver a dinâmica do interior do Brasil em suas múltiplas possibilidades, embora o autor respeite a languidez das transformações sociais em suas obras e o menino seja filho de proprietário rural, que antes fora comerciante e voltaria a sê-lo, após enfrentar a seca e por ela ser derrotado, partindo da fazenda para a vila de Buíque e, depois, voltando a Alagoas, para a cidade de Viçosa.

Em carta a Antonio Candido, de 1945, após lançar *Infância* (1936), seu primeiro livro flagrantemente de memórias, Graciliano diz: “O que sou é uma espécie de Fabiano, e seria Fabiano completo se a seca houvesse destruído a minha gente”. (CANDIDO, 2006: 10) Três anos depois, em entrevista concedida a Homero Senna, ao falar do tom autobiográfico de toda sua literatura, conclui: “se fosse analfabeto, por exemplo, seria tal qual Fabiano”. (SENNA, 1996: 207)

A maneira como a família Ramos enfrentou a seca mais o processo rumo à obrigatória aprendizagem da leitura estão no ponto inicial da bifurcação social acima exposta. São marcas de distinção cuja efetivação deixou sulcos constantemente visitados em sua obra para relativizar o distanciamento entre os segmentos sociais, principalmente nos períodos em que o autoritarismo vogou despididamente.

O período de mais ou menos cinco anos (1905-1910) estudando no colégio Quinze de Março, em Maceió, alargou ainda mais o horizonte literário de Graciliano. Às novas leituras,

juntaram-se os estudos de português e de várias línguas estrangeiras (francês, inglês, italiano), aprofundados depois por conta própria. Autores franceses agora eram enfrentados timidamente em sua própria língua, enquanto Dostoievski e Tolstói começavam a frequentar seu universo de leituras.

Nessa época, Graciliano começa a escrever poesia, mandando sonetos para jornais e revistas locais e dos grandes centros, dentre eles o *Jornal de Alagoas*, o *Correio de Maceió* e a revista *O Malho*, no Rio de Janeiro. Dividia a aventura de publicar com o amigo e vizinho de infância Joaquim Pinto da Mota Lima Filho. A feitura de poemas e seu envio para publicação durou até 1913. Pode-se dizer que os sonetos de Feliciano Olivença, Feliciano de Olivença, S. de Almeida Cunha, Almeida Cunha, Soares de Almeida Cunha e Soeiro Lobato, todos pseudônimos do autor, não alcançaram nenhuma glória. Quando velho, abominava tudo o que escrevera em verso, chegando a pedir ao filho Ricardo que nunca publicasse uma compilação de seus “sonetos idiotas”.

Fato é que os “sonetos idiotas” lhe renderam, como também a J. Pinto da Mota Lima Filho, lugar na galeria dos escritores alagoanos do período, tão reduzido era o círculo literário de Maceió. *O Jornal de Alagoas* publica, aos 18 de setembro de 1910, o décimo terceiro “inquérito”, dum total de quinze sobre as preferências e a formação dos “luminares” da Literatura alagoana.

Pouco mais de um mês depois do “inquérito”, o já reconhecido escritor Graciliano Ramos saía do círculo intelectual de Maceió com o ginásio concluído e voltava ao interior do Estado para ajudar o pai a tocar a loja de tecidos *Sincera*, sendo agora o destino Palmeira dos Índios, cidade próximo a Viçosa. Entre 1910 e 1914, Graciliano continua seus estudos e produz basicamente poesias e crônicas que manda de vez em quando para as revistas locais e do Rio de Janeiro. Nesse período, a vida que levava em Palmeira não se desviava do que a cidade podia proporcionar: alista-se no tiro de guerra, participa de saraus, frequenta bares, toca a loja do pai, lê, escreve e, convencido pelos amigos, chega a ministrar um curso de português, à noite, para cento e cinquenta alunos.

As cartas que troca com o amigo J. Pinto da Mota Lima Filho são repletas de cotidiano, relatos dos afazeres, namoricos e produção literária. Duas questões, porém, figuram com mais força: o namoro com a costureira Maria Augusta Barros, que em 1915 se tornaria sua primeira esposa, e a vontade mútua, tanto de Graciliano quanto de Mota Filho, de ganhar mundo, que na época queria dizer, ir à Capital Federal.

A declaração do desejo de levar a vida voltada para as letras em vez do comércio está numa carta-resposta que manda ao pai, ainda de Viçosa, quando a viagem ao Rio de Janeiro de projeto passara à realidade: “não quero emprego no comércio – antes ser mordido por uma cobra. Sei também que há dificuldades em se achar um emprego público. Também não me importo com isso. Vou procurar alguma coisa na imprensa, que agora, com a guerra, está boa a valer, penso”. (RAMOS, 1982: 33)

Dias depois, o desembarque no centro político e cultural do país. O entusiasmo com a imprensa logo se reverteu em dura realidade. Graciliano passa por apertos financeiros e trabalha como revisor regular em pelo menos três jornais: *Correio da Manhã*, *A Tarde* e *O Século*, poupa na comida, abusando do café. Mora e dorme mal. Mas a convicção de que aquele ramo era o que queria seguir ainda falava mais alto: “... Em uma palavra, malgrado todas as dificuldades que tenho encontrado, acho melhor trabalhar numa banca de revisão que num balcão. É que a gente pode ter a consciência tranquila quando trabalha.” (*Ibid*: 46)

Três meses se passam e as primeiras crônicas aparecem no *Jornal de Alagoas*, mas de modo irregular. Graciliano assina simplesmente R.O. Somente em abril de 1915, mais precisamente no dia quinze, R.O. passa a ter coluna fixa de crônicas semanais no pequeno jornal *Paraíba do Sul*, periódico da cidade de mesmo nome, no interior fluminense. A colaboração dura até o início de agosto do mesmo ano. Mesmo com as portas editoriais da capital praticamente cerradas, as crônicas geram alguma repercussão positiva, e ainda que haja o aparecimento de convites para publicar em alguns veículos importantes, como a recente revista *Concórdia*, fundada por Coelho Neto e Cândido de Campos, indicando haver frestas no círculo literário do centro editorial do país, Graciliano recorda que, juntamente à dureza de uma vida praticamente resumida entre a mesa de revisão e a cama da pensão na Lapa, havia o isolamento literário provocado pelo campo de força em torno dos escritores de então, voltados para si mesmos e para seu ofício, colocados numa esfera à parte da sociedade. Havia também uma atmosfera de orfandade após a morte de Euclides da Cunha e Machado de Assis, ocorridas a menos de dez anos.

Portas fechadas ou entreabertas, de todo modo a aventura no Rio de Janeiro foi interrompida pela tragédia familiar, provocada pela peste bubônica que, chegada à região de Palmeira dos Índios, em junho de 1915, teria levado a óbito, até setembro, mais de cento e cinquenta pessoas. Dentre os mortos, os irmãos Otacília, Leonor e Clodoaldo e o sobrinho Heleno, além de a mãe e outra irmã se encontrarem em péssimo estado. Graciliano deixa às

pressas a cidade, os jornais e, pela primeira vez, a Literatura. Chegando a Palmeira para consolar os parentes e ajudar no que fosse possível, reencontra a namorada prestando ajuda a sua família. Algumas semanas depois, aos 21 de outubro de 1915, Graciliano e Maria Augusta se casariam no civil.

A vida de casado foi a fase na qual Graciliano se tornou o comerciante letrado e erudito de Palmeira dos Índios. A Literatura como elaboração ficaria em suspenso e daria lugar exclusivamente à leitura – mantendo-se fiel aos catálogos da Alves e da Garnier, e agora também comprando direto de Paris por intermédio do *Mercure de France* – aos negócios e à vida familiar: em 1919, Graciliano já era pai de três filhos. De fins de 1915 até o início de 1921, quando retorna à escrita e à publicação, como colaborador assíduo do Jornal local *O Índio*, acompanhou o mundo e os grandes acontecimentos através das folhas de Maceió, Recife e Rio de Janeiro. A Grande Guerra e a Revolução Bolchevique em especial detinham a atenção dos que procuravam entender o convulsivo começo de século. Dentre o mar de notícias difamatórias sobre a Revolução Russa, despontou um interesse particular pelo movimento comunista e seus desdobramentos, tanto que acabariam por aparecer em alguns de seus romances, quando certas passagens aludem ao período ou aos abalos causados pelas ideias e notícias vindas de e sobre Moscou.

Cinco anos após a grande tragédia familiar provocada pela peste, outra perda cai pesadamente sobre Graciliano. A esposa morre por complicações de parto no nascimento do quarto filho, no caso, a primeira filha. O viúvo de vinte e oito anos chora o luto enquanto tenta tocar a loja *Sincera* e o trabalho como professor de francês no Colégio Sagrado Coração.

É na atmosfera da perda e do enorme desafio que é prosseguir a vida nas condições em que se encontra que J. Calisto e Anastácio Anacleto, novos pseudônimos de Graciliano Ramos, aparecem assinando duas colunas no jornal *O Índio*, editado pelo padre Francisco Xavier de Macedo, que o convidaria insistentemente a participar da empresa.³ Anacleto era o responsável pela coluna *Fatos e Fitas*, composta de tiradas ácidas em verso ou prosa; como esta:

Vende-se em segunda mão, e por preço módico, uma consciência quase nova, em perfeito estado de conservação. Por um excesso de escrúpulo, declaramos que ela já foi usada, mas devemos acrescentar que o primitivo dono se serviu dela poucas vezes, podendo assim ser utilizado sem receio por qualquer cidadão. (RAMOS, 2012: 89)

³ Graciliano Ramos colaborou nos primeiros catorze números do hebdomadário, que circulou na cidade de Palmeira dos Índios entre 30 jan. 1921 e 15 jan. 1922.

Já Calisto assinava a coluna *Traços a Esmo*, dando, de certo modo, continuidade à proposta e ao estilo das crônicas de 1915, aguçando-lhe, contudo, a acrimônia em observações que utilizavam eventos e traços da sociedade palmeirense para chegar a questões nacionais e internacionais. Olhando-se atentamente as crônicas de abertura das duas colunas, separadas por seis anos e pela drástica alteração na vida pessoal de seu autor, nota-se uma fórmula que se repete, ao mesmo tempo em que se adapta, no contato inicial entre cronista e público leitor, que no fundo é um consumidor de sua própria imagem, lendo-se e vendo-se a partir do que um outro, distante ou próximo, diz-lhe sobre si mesmo.

A crônica de abertura no *Paraíba do Sul*:

Amável leitor.

Não tenho o prazer de saber quem és. Não conheço teu nome, tua pátria, tua religião, as complicadas disposições de teu espírito. Ignoro se tens a ventura de ser um pacato vendeiro enriquecido à custa de pequeninas e honestas trapanças, ou se és um celerado de figura sombria, calças rotas, botas sem saltos e paletó ignobilmente descolorido com remendos nas costas e inéditos nas algibeiras. É possível até que sejas uma admirável criatura de tranças louras e dentes de porcelana e que agora, de volta da igreja, onde ouviste uma detestável missa rezada por um velho padre fanhoso, abras este jornal para afugentar um bocado de tédio que encontraste escondido entre as páginas de teu manual encadernado de madrepérola.

Não te conheço. Entretanto, envio-te isto à guisa de carta meio anônima. Não é lá tarefa muito fácil, porque desejo que não passe por aqui a sombra de uma ideia. Não te admires, leitor amigo – comerciante abastado, poeta maltrapilho ou rapariga adoravelmente devota. (RAMOS, 1986: 17)

A crônica d' *O Índio*:

Leitor amigo:

Neste modesto canto de jornal, discreteemos, se te agrada. Mas, antes de entabularmos conversa, não seria mau que nos conhecêssemos.

Eu já sei quem tu és, (...)

(...) Não te quero enganar. Não te venho fazer elogios. Podes estar descansado. Mesmo porque nem sei se me seria fácil encontrar em ti matéria para elogio. Não direi, por exemplo, verdadeiro [vendeiro, certamente] amigo, que o quilo que usas tenha exatamente mil gramas e que tuas transações, vistas de perto, não possam ser censuradas. Não direi isso.

Não direi, pobre matuto desengonçado, que sejas resoluto, forte, vivo esperto. Eu mentiria se o fizesse. És apenas um pobre homem derreado ao peso da enxada, sofrivelmente achacado, otimamente obtuso. És o representante de uma raça condenada a desaparecer, absorvida por outras raças mais fortes, quando o país povoar-se. És o homem do deserto e acabarás quando o deserto acabar.

Não direi, rapariga bonita, que aplauda incondicionalmente os teus vestidos espalhafatosos e o pendor que possuis para só julgar coisas sérias, dignas de tua atenção, o pó-de-arroz, as fitas, o sapato à Luis XV, a saia escassa de pano. (Ibid: 51-52)

Não é apenas o tom num misto de ironia e crueza o que marca tanto as crônicas do jovem solteiro de vinte e três anos, que enfrenta as novidades do grande centro, quanto as do homem já maduro, viúvo e pai de quatro filhos pequenos, o qual novamente instalado em cidade do interior olha-a como um outro íntimo. Há um mecanismo que equilibra distanciamento e aproximação, especulação e ação: “não tenho o prazer de saber quem és”, aos fluminenses; “eu já sei quem tu és”, aos palmeirenses. Aos primeiros, desculpa-se por ignorar as coisas e as pessoas do Estado do Rio de Janeiro: “tomo, portanto, o partido de não dizer nada por enquanto. Preciso primeiro conhecer-te, leitor amigo.” Por isso não quer que por ali, naquela crônica inicial, passe a “sombra de uma ideia.” De mais a mais, parece haver uma despreocupação com o ambiente que o circunda, do jornal que o chamou a escrever até o leitor, a quem procurará agradar semanalmente, traçando nos jornais algumas “sensaborias”. Diante dos palmeirenses prevalece, contudo, uma linha severa, a assegurar que naquela coluna coisas desagradáveis serão ditas, porque o cronista, além de conhecer o público leitor, sente não poder simplesmente afagar-lhes os defeitos: “não desejo ser-te agradável; prefiro ser-te útil. Sou assim uma espécie de vendedor ambulante de sabão para a pele, de unguento para feridas, de pomadas para calos.” Ainda assim, mesmo colocando-se na posição daquele que sabe, sente e fala aos seus como um diferenciado que enxerga mais longe, não espera ver em sua coluna de crônicas semanais mais do que um espaço de leitura que sirva de pretexto para rir (ou se rir) e, assim, fazer com que, ao menos durante dez minutos, o leitor se esqueça de “fazer mal aos outros.” (Ibid: 52-53)

Por fim, é facilmente perceptível a semelhança na estratégia de aproximação, quando confrontadas as duas cartas de intenção: a escolha de um trio de tipos para representar o público leitor. Em 1915 é um comerciante, um poeta, uma moça; em 1921 é um vendeiro, um matuto e uma moça. O que destoa? A substituição do poeta pelo matuto. Moças bonitas e vendeiros no interior, ou comerciantes nas médias e grandes cidades, são equivalentes às realidades ajustáveis a partir de redução ou ampliação de escala, num movimento centro/interior ou seu inverso. Graciliano expõe a fragilidade das bases educacionais de sua cidade, falando ao matuto que certamente não é seu leitor pelo óbvio motivo de não saber ler. A sensação de incoerência é desfeita quando, ao final do diálogo com o matuto, o cronista anuncia que está falando a um “representante de uma raça condenada a desaparecer, absorvida por outras raças mais fortes, quando o país povoar-se.” O progresso, a modernidade, suas exigências farão daquela porção de gente lembrança de uma era de atraso. Nessa fase de amadurecimento intelectual, não fica claro qual é sua posição diante de tal sentença, pois a perspectiva do que virá após tal

substituição de “raças” não é necessariamente otimista. Duas décadas depois, em textos de inícios dos anos 1940, o gesto humanista diante do matuto sertanejo, percebido em *Vidas Secas* é relativizado por posições do projeto progressista, do qual se aproxima cada vez mais, exemplo mais contundente é a implacável crítica que faz a Antônio Conselheiro e seus seguidores em ‘Pequena História da República’, de 1940.

Mas há uma importante operação, consciente ou não, sendo realizada nos dois conjuntos de crônicas. Nas de 1915, escritas para um pequeno público fluminense, mas assentada no cenário carioca, os temas gerais sobre o mundo moderno e as mudanças de comportamento, como a iluminação pública que modifica os hábitos noturnos, estão a serviço de uma redução de escala, caindo no mapeamento do bairro, da rua, dos sujeitos que têm sua vida de algum modo atingida pelas novidades; os tipos das grandes cidades, como os garçons, os moleques vendedores de jornais ou os jovens literatos, têm sua fisionomia descrita e suas ações capturadas como num quadro impressionista. Graciliano parece tentar entender e, ao mesmo tempo, explicar a modernidade do Rio de Janeiro a partir de seus sintomas, característica que à crônica não é nada estranha. Já nos textos de 1921, o movimento parece ser o inverso. Numa rápida panorâmica dos temas explorados, vê-se a mentira facilitada pela vida moderna, os hinos patrióticos, o carnaval, os livros infantis e a educação, a Semana Santa, a corrupção na justiça, o futebol, e até as discussões em torno dos rumores de um casamento maximalista (generalização de bolchevique) realizado Rio de Janeiro, enquanto Palmeira dos Índios está medularmente descrita nas crônicas, mas a serviço da compreensão de conceitos, tendências ou fenômenos que lhes atravessam e ultrapassam e cuja cidade pode estar indo ao encontro, ou de encontro, na dança entre modernidade e tradição.

Entre modernidade e tradição estão a linguagem e a literatura. E o que é crucial no período: o uso político das letras num país que buscava a modernidade a partir de práticas já tradicionais. Isso punha em dúvida o estatuto da literatura e o lugar social do literato.

Foi a partir da imagem do livro à venda, exposto na vitrine, que Graciliano escreveu uma carta, não enviada, ao Presidente Vargas. Nela, a figura do intelectual é posta em questão:

O meu editor referiu-me com entusiasmo (sic) a publicação de cinquenta milheiros dos discursos de V. Excia. – e isto me trouxe a ideia esquisita de que V. Excia. havia descido um pouco. Apesar de vivermos enormemente afastados, dentro de alguns dias nos encontraremos numa vitrine, representados por discursos políticos e por três ou quatro romances. Essa vizinhança me induz a apoquentar-o (sic), coisa que não teria sido possível antes de 1930.

Na carta, o escritor achava por bem o presidente saber quem lhe escrevia. Precisaria o mais novo habitante das vitrines saber que o veterano já havia passado por alguns dos seus equipamentos de controle político, justamente por causa da literatura que praticara e da forma como se comportava diante da educação formal de seu Estado:

Em princípio de 1936 ocupava um cargo na administração de Alagoas. Creio que não servi direito: por circunstâncias alheias à minha vontade, fui remetido para o Rio de maneira bastante desagradável. (...) ignoro a razão por que me tornei indesejável em minha terra. Acho, porém, que lá cometti (sic) um erro: encontrei vinte mil crianças nas escolas e em tres annos colloquei nellas cincoenta mil (sic), o que produziu celeuma. Os professores ficaram descontentes, creio eu. E o peor (sic) é que se matricularam nos grupos da capital muitos negrinhos.

Aos poucos, Graciliano percebe-se escrevendo a um colega de profissão, e chega a alertar o literato estreante para a dureza que é escrever num país que não valoriza a literatura e o saber:

V. Excia. é um escritor. Mas embora lance seus livros com uma tiragem que nos faz inveja, não vai ganhar muito e sabe que neste paiz (sic) a literatura não rende. (...) Sinto muito senhor presidente, haver-lhe roubado alguns minutos. Mas a culpa é de V. Excia., que vai editar o seu livro numa casa onde trabalham sujeitos completamente desconhecidos. (RAMOS, 1938)⁴

Por trás da irônica homologia que coloca o reprimido e o repressor num mesmo patamar, através da categoria de literato, o escritor alagoano mostra a preocupação que tem com o uso da linguagem e o poder da própria Literatura. Ao lançar livros contendo as próprias palavras, o ditador lançava mão de um recurso que também servia aos que de algum modo resistiam a ele e ao que ele representava.

A vitrine parecia unir, naquele momento de uso político aberto das letras, o que o próprio Graciliano e praticamente todos os seus personagens sempre souberam ser indissociáveis. Em abril de 1935, Graciliano escreveu à segunda esposa, Heloísa Ramos:

Eu sou um literato horrível, e só dou para isso. Tenho procurado outras profissões. Tolice. (...) O Estado está pegando fogo, o Brasil se esculhamba, o mundo vai para

⁴ Tive contato epistolar com Luiza Ramos, filha mais nova de Graciliano e, por muito tempo, guardiã da carta. Ela me esclareceu alguns pontos sobre o referido documento, destacando, como eu a entendi, que se tratava mais de um desabafo registrado do que mesmo uma tentativa de contato com o chefe do Estado Novo. Assim comentou sobre a carta: “não estamos certos de que seu autor tenha tido a intenção de enviá-la, ou de publicá-la, uma vez que seu original manuscrito (...) nem ao menos foi assinado. Infelizmente, não temos mais detalhes sobre o documento e, na verdade, só viemos a tomar conhecimento dele muitos anos mais tarde. Também não nos recordamos de ter ouvido por parte de Graciliano qualquer comentário que demonstrasse interesse maior em, pelo menos, levá-la a público.”

uma guerra dos mil diabos, muito pior que a de 1914 – e eu só penso nos romances que poderão sair dessa fornalha em que vamos entrar. (RAMOS, 1982: 146)

Outra observação cara a Graciliano é a da diferenciação entre escritores e outros tipos de indivíduos que compõem a sociedade:

Alagoas tem um milhão e duzentos mil habitantes. Mas na minha estatística há apenas uns três indivíduos, uns três e meio, quatro no máximo. Os que fazem política, os que vendem ou compram fazendas, os que plantam algodão e os que fabricam açúcar são de espécie diferente da minha. (...) hei de fazer sempre romances. Não dou para outra coisa. (Ibid: 142-143)

Sem se desviar de sua convicção (“só dou para isso”; “não dou para outra coisa”), esta passagem revela que, fizesse o que fizesse, Graciliano tinha encontrado sua vocação definitiva: “hei de fazer sempre romances”. Essa certeza o tornaria inapto para autorrealização plena em outra função social. De certa forma, ele fora até então um pouco de cada um dos tipos que elenca como opostos à certeza do que era agora. Assoma-se ao estabelecimento da distância entre os que detêm o poder político e econômico, escultores da história oficial, e o escritor por vocação de posição política à esquerda.

Ainda assim, essa posição nunca o constrangera a fazer da literatura panfleto nem enxergar um horizonte mais belo do que possível, ofertado pelo relevo existente. Cartas como a que escreveu a Portinari, com ambos já filiados ao PCB, se indicam que o escritor vê o compromisso da Arte em desnudar um mundo de exploração e miséria, também dão forte embasamento à classificação de pessimista geralmente atribuída ao escritor de *São Bernardo*.

Caríssimo Portinari:

Dizem que somos pessimistas e exibimos deformações; contudo as deformações e a miséria existem fora da arte e são cultivadas pelos que nos censuram.

O que às vezes pergunto a mim mesmo, com angústia, Portinari, é isto: se elas desaparecessem, poderíamos continuar a trabalhar? Desejamos realmente que elas desapareçam ou seremos também uns exploradores, tão perversos como os outros, quando expomos desgraças?

Dos quadros que você mostrou quando almocei no Cosme Velho pela última vez, o que mais me comoveu foi aquela mãe a segurar a criança morta. Saí de sua casa com um pensamento horrível: numa sociedade sem classes e sem miséria seria possível fazer-se aquilo? Numa vida tranquila e feliz que espécie de arte surgiria? Chego a pensar que faríamos cromos, anjinhos cor-de-rosa, e isto me horroriza.

Felizmente a dor existirá sempre, a nossa velha amiga, nada a suprimirá. E seríamos ingratos se desejássemos a supressão dela, não lhe parece? Veja como os nossos ricos em geral são burros.

Julgo naturalmente que seria bom enforcá-los, mas se isto nos trouxesse tranquilidade e felicidade, eu ficaria bem desgostoso, porque não nascemos para tal sensaboria. O meu desejo é que, eliminados os ricos de qualquer modo e os sofrimentos causados por eles, venham novos sofrimentos, pois sem isto não temos arte. (RAMOS, 1946)

No plano pessoal, o pessimismo de Graciliano, com várias histórias que o transportam para o campo da acidez divertida, é mesmo uma marca a se considerar. Pois é levando-o em conta como parte do estilo, e não mera retórica da amargura, que se pode entender sua posição de síntese do contato entre o plano literário realista e o plano político-conceitual materialista. Mais de um crítico chamou a atenção para a característica “desconfiança” do autor de *Vidas Secas*. É provável que a base de seu pessimismo esteja no fato de desconfiar das coisas como dadas. Graciliano foi um ateu leitor da Bíblia, tinha amigos padres; foi o sertanejo que cantou seu torrão desencantando-o, mesmo quando estava nele; foi o homem que acreditou nada estar bem, e ainda assim seguiu, mantendo-se quase sempre o mesmo; foi alguém que confessou não saber fazer outra coisa a não ser escrever, e ainda assim, desdenhava constantemente a própria escrita, ao mesmo tempo que se julgava suficientemente capaz de defendê-la como linha correta na evolução literária do país, como o fez várias vezes; foi o escritor que deixou seus personagens à própria sorte, porque o futuro nunca está mesmo dado. Seu ideal não era realizável, pois muito provavelmente jamais operou sua literatura com algum ideal lá adiante, aceitando apenas o real que se lhe desenhava no presente. Foi um observador. E como o historiador de hoje que não pode impedir a Revolução Francesa de acontecer em 1789, desresponsabilizou-se da tarefa de enxergar o amanhã, ainda sem luz, ainda germe.

O que é mesmo um ser escritor? O que o torna uma criatura social solitária ou de poucas amizades e filiações? E que tipo de sentimento ou atitude característica o atravessa? Resposta:

Somos uns animais diferentes dos outros, provavelmente inferiores aos outros, duma sensibilidade excessiva, duma vaidade imensa que nos afasta dos que não são doentes como nós. Mesmo os que são doentes, os degenerados que escrevem história fiada, nem sempre nos inspiram simpatia: é necessário que a doença que nos ataca atinja outros com igual intensidade para que vejamos nele um irmão e lhe mostremos as nossas chagas, isto é, os nossos manuscritos, as nossas misérias, que publicamos cauterizadas, alteradas em conformidade com a técnica. (RAMOS, 1982: 147)

Referências bibliográficas

ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Trad.: Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009.

GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *História*, Franca, v. 24, n. 2, p. 159-185, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 jun. 2015.

RAMOS, Graciliano. *Carta a Getúlio Vargas*. 29 ago. 1938. Disponível em: <www.gracilianoramos.com.br>.

RAMOS, Graciliano. *Carta a Portinari* – 18 fev. 1946. Documento digitalizado disponível em: <<http://graciliano.com.br/site/1946/02/carta-de-graciliano-ramos-a-portinari/>> - acesso em: 22 maio 2013.

RAMOS, Graciliano. *Cartas*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Record, 1982 (1981)

RAMOS, Graciliano. *Garranchos* – textos inéditos. Rio de Janeiro: Recor, 2012. (coletânea organizada pelo pesquisador Thiago Mio Salla)

RAMOS, Graciliano. *Linhas Tortas*. 13^a ed. Rio de Janeiro: Record, 1986 (1962)

SENNA, Homero. *República das Letras* – entrevistas com 20 grandes escritores brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.